

# SIMEPETRO EM FOCO

Publicação do Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo

Jornalista Responsável: Ana Azevedo (MTB 22 242) - Contatos: 11-3207 0072 - [simepetro@terra.com.br](mailto:simepetro@terra.com.br)

Ed. 5 - Agosto de 2008

## 1º CONGRESSO NACIONAL SIMEPETRO

Evento discutirá questões fundamentais para o negócio da categoria

Empresários de todo o país estarão reunidos no próximo dia 17 de outubro, no 1º Congresso Nacional Simepetro. O evento será realizado em São Paulo, e abordará os principais temas ligados ao segmento produtor de óleos lubrificantes e graxas, com destaque para a revisão da Portaria 126, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. (ver programação).

De acordo com o presidente do Simepetro, Carlos Ristum, o evento é uma oportunidade de aproximar a cadeia produtiva das autoridades que regulam a atividade, bem como propiciar a divulgação de informações técnicas e jurídicas, fundamen-

tais para a sobrevivência do negócio. “Vamos trazer representantes da Petróleo Brasileiro, que poderão mostrar quais as perspectivas de mercado para o óleo básico, diante do aumento da demanda, tanto em termos de distribuição, quanto de elevação de preços”.

Na coordenação do evento, o diretor executivo José Arnaldo Laguna, destaca o modelo a ser adotado no evento. “Queremos reduzir as formalidades e focar na apresentação dos temas, ou seja, dar tempo adequado ao palestrante para passar sua mensagem, mas também permitir que o público tire suas dúvidas”.

Para participar do evento, basta fazer a inscrição diretamente no site do Sindicato – [www.simepetro.org.br](http://www.simepetro.org.br).

Além das palestras, outro ponto importante do evento será a realização de uma exposição de produtos e serviços. A idéia é colocar o fornecedor em contato direto com quem decide, para que ele apresente seus produtos/serviços, e possa conhecer as necessidades do segmento. “É importante que o empresário estimule a participação da sua equipe, pois teremos assuntos voltados para os departamentos comercial e de compras, de tecnologia, jurídico, administrativo e gerencial”, comenta José Arnaldo.

### MINUTA DA PROGRAMAÇÃO

- **Apresentação ANP** sobre Revisão da Portaria, Fiscalização e Qualidade  
Palestrantes – Superintendência de Abastecimento, Qualidade e Fiscalização  
- **Meio Ambiente** – A legislação de coleta de embalagens vazias de lubrificantes e o Programa de Coleta do Sindicom “Jogue Limpo”  
Palestrante - Sindicom  
- **Tecnologia** – Novidades no mercado de aditivos para lubrificantes

Palestrante – Fabricante de Aditivo  
- **NF-e** - Implantação da Nota Fiscal Eletrônica em abril 2009  
Palestrante – Consultoria jurídica do Simepetro  
- **Refino** – O mercado de óleo refinado  
Palestrante – Sindirrefino  
- **Mercado de óleos Básicos** – Suprimento e Preços  
Palestrantes – Petróleo Brasileiro S/A

- **Mudanças na legislação** do Adicional Insalubridade  
Palestrante – Consultoria Jurídica Simepetro

**1º Congresso Nacional Simepetro**  
**Data:** 17/10/2008  
**Local:** Blue Tree Faria Lima  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3989  
V.Olímpia - SP  
**Horário:** 8h30 às 17 horas



Desde o final de 2007 estamos convivendo com dificuldades de suprimento de todos os tipos de Óleos Básicos, devido a demanda superior à oferta no Brasil e no mundo, sobretudo na Índia e China, sendo que a Índia anuncia uma nova planta produzindo para 2009.

No mercado interno, as Refinarias da Petrobras já não conseguem produzir o suficiente para atender à demanda e não temos notícias de novas Refinarias produtoras de óleos básicos antes de 2015.

A Petrobras não tem medido esforços para importar maiores volumes, mas tem encontrado dificuldades, inclusive na qualidade destes básicos. Em resumo, vivemos uma dificuldade estrutural que somente será corrigida com investimentos em novas refinarias.

Como existe uma dificuldade maior no suprimento de óleos básicos do grupo I, o setor deve, na medida do possível, utilizar mais os básicos do grupo II, onde a oferta, pontualmente, é um pouco melhor. Porém, isto não é tão simples assim, porque os básicos do grupo II são mais caros, embora proporcionem produtos acabados de melhor qualidade.

Vale destacar que o nosso setor será afetado diretamente devido à dificuldade de repassar de imediato os aumentos dos óleos básicos e também dos aditivos; por isso, alertamos aos empresários, associados ou não ao Simepetro, que fiquem atentos aos seus custos para evitar prejuízos.

Carlos Ristum  
Presidente



## SIMEPETRO VISITA CPT

No último dia 15 de agosto, o presidente Carlos Ristum e o diretor José Roberto Godoy estiveram em Brasília visitando o Centro de Pesquisas Tecnológicas - CPT, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Na oportunidade, os diretores reuniram-se com a coordenadora do laboratório de lubrificantes da ANP em Brasília, Maria da Conceição França, que expressou a satisfação do órgão com os resultados do Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes, que teve início em janeiro de 2006.

“Nesses dois anos e meio o CPT superou as dificuldades internas (alguns não acreditavam ser possível), graças ao forte apoio da superintendente da Qualidade, Maria Antonieta Souza, bem como as externas para a coleta das amostras”, comenta o presidente do Simepetro, Carlos Ristum.

Após a publicação do primeiro Boletim Técnico, em maio de 2007, a ANP verificou que muitas empresas (grandes e pequenas) correram a Brasília em busca de esclarecimentos e informações sobre o Monitoramento; os índices de não conformidade foram reduzidos de 47% para 18% e com forte tendência de continuação.

De acordo com a coordenadora, os próximos passos da ANP/CPT serão a realização de visitas técnicas a determinadas empresas com objetivo de prestar informações e orientações e também promover ações diretas junto às empresas reincidentes (trabalho de fiscalização). “Ela nos disse que completo todo o ciclo dos óleos lubrificantes, será a vez das graxas”, diz Ristum.





## QUAL A BASE DE CÁLCULO DA INSALUBRIDADE?

Uma relação trabalhista que parecia estar definida há muitos anos, o pagamento da insalubridade, ganhou novos referenciais desde a publicação no dia 9 de maio de 2008, da Súmula Vinculante nº 4, pelo do Supremo Tribunal Federal. Ocorre que para adequação à Súmula, o TST alterou a redação das Orientações Jurisprudenciais nº 2 e nº 17, ambas da SDI 1, do Tribunal Superior do Trabalho, bem como da Súmula 228, estabelecendo como base de cálculo para o pagamento do adicional de insalubridade, o salário básico do empregado.

No entanto, essa mudança gerou um conflito entre a nova redação da Súmula 228 do TST, e a da Súmula Vinculante nº 4 do STF, que proíbe a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou empregado. A indecisão sobre qual a melhor medida a ser tomada pelas empresas que divergem e questionam quanto à alteração da base de cálculo do adicional, fez-se ainda mais presente após a suspensão da Súmula Vinculante pelo STF.

Nunca é demais lembrar que, dado o caráter indiscutivelmente salarial do adicional de insalubridade, esse integra verbas rescisórias, horas extras, 13º salários, recolhimentos fundiários e previdenciários e etc. Maior reflexo ainda teria a alteração da base de cálculo para aquelas empresas que pelo Perfil Psicográfico da Previdência Social, enquadram-se no percentual máximo, ou seja, 40% sobre o salário mínimo ou salário

base, incluindo-se nesse grupo, as indústrias químicas, petroquímicas, além de siderúrgicas, metalúrgicas e de saúde.

É importante ressaltar que aqueles que atenderem à nova redação da Súmula nº 228 do TST, modificada pela Súmula Vinculante nº 4 do STF, não poderão posteriormente, retornar a efetuar o pagamento com base no valor do salário mínimo vigente, pois estarão diante de uma redução do salário que importa, certamente, em afronta aos artigos 462 e 468, da CLT bem como ao Princípio da irredutibilidade de salário, ensejando possíveis reclamações em busca do recebimento do referido adicional calculado sobre o salário normativo.

Algumas medidas têm sido adotadas pelos empregados nesse momento de instabilidade e insegurança jurídica, como a consignação em pagamento das diferenças de valores ou a manutenção do pagamento sobre o salário mínimo, cientes, no entanto, da grande probabilidade de serem cobrados posteriormente das diferenças apuradas.

*Dra. Juliana Barão de Oliveira  
Consultora Jurídica do Simepetro*





## NF-E ENTRA EM VIGOR EM ABRIL DE 2009

1<sup>o</sup> de abril é o prazo limite para o segmento produtor, importador e distribuidor de lubrificantes e graxas derivados de petróleo implantar a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. Com validade em todos os estados da Federação, a NF-e já é uma realidade desde outubro de 2005 e tem por objetivo substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação, como por exemplo, a Nota Fiscal a Consumidor (modelo 2) ou o Cupom Fiscal, dentre outros.

Mais que a parte teórica da operação, é importante que os empresários comecem antecipadamente a adequação dos seus atuais sistemas de emissão da Nota Fiscal em papel por notas digitais. A NF-e é um documento emitido e

armazenado eletronicamente com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços ocorrida entre fornecedores e contribuintes. A validade jurídica é garantida pela assinatura digital entre as duas partes, antes da ocorrência do Fato Gerador.

Para o presidente do Simepetro, Carlos Ristum, é importante destacar que a adequação ao sistema precisa ser testada com antecedência, e que dependendo da complexidade do sistema utilizado pela empresa, ela pode demorar mais ou menos tempo. “O empresário não deve deixar as mudanças para a última hora, pois a não implantação além de acarretar punições por parte da fiscalização, poderá prejudicar as negociações com o mercado”, alerta.



## Rápidas

### Diesel mais limpo

O Movimento Nossa São Paulo critica o Ministério do Meio Ambiente por negociar um acordo que adiará a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que determina o uso de um diesel mais limpo no país a partir de 2009. A entidade diz que o acordo representará prejuízo à saúde e ao ambiente. Para tentar evitar que isso ocorra, um abaixo-assinado foi elaborado pelo movimento junto com outras ONGs, como Instituto Akatu, Greenpeace e SOS Mata Atlântica. O diesel no Brasil possui 2.000 ppm de enxofre. Nas zonas metropolitanas, tem 500 ppm. Nos Estados Unidos e Europa, 10 ppm.

### Pacotão

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião do conselho político do governo, em Brasília, a proposta de um novo modelo de cobrança da dívida tributária federal com o objetivo de promover uma limpeza ampla, geral e irrestrita no estoque total de créditos da União com o setor privado.

A proposta prevê, entre outras medidas, a eliminação das dívidas até R\$ 10 mil, a facilitação e desconto no pagamento antecipado de dívidas e alterações no parcelamento ordinário de tributos.

### Nova estatal

O governo não deverá enfrentar dificuldades para aprovar no Congresso a criação de uma nova estatal para cuidar da exploração do petróleo na camada pré-sal. A iniciativa depende de projeto de lei ordinária, que exige um quorum mínimo para ser aprovado. (Fonte: Folha de São Paulo)